

Política

— CRISE —

“JÁ VIMOS ESSE FILME ANTES”

Ulysses procura apoio no PMDB para levar a Sarney sua proposta de parlamentarismo com cinco anos. Os estrategistas dos quatro anos prometem lutar contra. Mas a verdade é que a grande maioria continua escondendo suas preferências.

O sistema de governo deve ser votado na próxima semana e a maioria dos constituintes continua indecisa. As previsões de parlamentaristas e presidencialistas são as mais desencontradas e o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, não esconde sua preocupação. “Muitos de nós já vimos esse filme antes”, advertiu ele anteontem, durante uma reunião informal em sua casa de Brasília para a qual convocou ministros, ex-ministros e parlamentares do PMDB. “Nosso dever é o de votar a nova Constituição o mais depressa possível e evitar o impasse e o confronto.”

Ulysses, na verdade, convocou o encontro com um objetivo determinado: conseguir sustentação partidária para levar ao presidente Sarney a tese do parlamentarismo com mandato de cinco anos e eleições em 1989. É possível que Ulysses tenha garantido apoio entre os moderados do PMDB. A maioria concordou que presidencialismo com cinco anos, como quer o Planalto, racharia o PMDB irremediavelmente. Outros ponderaram que eleições em 1988, com parlamentarismo ou presidencialismo, seriam a derrota de Sarney, capaz de criar o confronto “com a participação das Forças Armadas”.

Diante de tais considerações, um dos participantes da reunião ponderou que a saída viável, capaz de atender a Sarney e aos militares, seria a de lutar pelo parlamentarismo e eleições só em 1989. As reações, previu ele, seriam menos graves — ainda que se corresse o risco de rompimento de parcelas importantes do PMDB sob as lideranças de Mário Covas, José Richa, Euclides Scalco e Pimenta da Veiga. Covas, a propósito, ficou irritado ontem com as informações de que boa parte do PMDB parecia aceitar a tese de Ulysses. “Continuo defendendo parlamentarismo com quatro anos”, avisou. “A convenção nacional do PMDB liberou cada um a votar conforme sua consciência.”

Sem Acordo

A realidade, contudo, é que não há acordo à vista, apesar das tentativas de Ulysses de chegar ao entendimento. As articulações em favor dos cinco anos para Sarney são tão discretas a ponto de ninguém saber quem está com quem. E a culpa disso, na opinião do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), foi a má condução da defesa do parlamentarismo “que acabou criando espaço para a tese dos cinco anos”. “Os fisiológicos que querem aprovar um tempo mais longo para Sarney passaram a se esconder atrás do parlamentarismo, argumentando que os cinco anos são imprescindíveis para o bom funcionamento do regime de gabinete”, deduz Lyra.

Segundo o diagnóstico de Lyra, a questão foi mal encaminhada porque os parlamentaristas se ocuparam apenas do sistema de governo, enquanto os presidencialistas investiram na questão do mandato — e Ulysses ficou no meio do caminho, tentando agradar aos dois grupos com uma tentativa de conciliação. “Ulysses não quer romper com o governo, apoiando a redução do mandato e, além disso, receia enfrentar uma eleição este ano. Por isso, luta para aprovar sua fórmula de entendimento, que não tramita nem entre as esquerdas nem entre os históricos do PMDB”, acrescentou Lyra.

O grupo ligado a Mário Covas reconhece não ter condições de saber com exatidão quem dentro do PMDB vai sustentar a tese de Ulysses. Exatamente por isso, resolveu se abster na votação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, para que seja derrotada por mais de 280 votos. Se isso ocorrer mesmo, não haveria mais qualquer chance de o presidencialismo ser aprovado, uma vez que não existe outra emenda sobre o assunto.

Covas e seu grupo reconhece que a manobra é arriscada: nada garante que a emenda presidencialista não será derrotada pelos parlamentaristas de última hora. Os articuladores pretendem não apenas impedir a aprovação da emenda Lucena, mas também impedir sua rejeição. Assim, se a proposta não obtiver 280 votos contra nem a favor, um novo prazo de 24 horas seria estabelecido para a próxima votação — tempo suficiente para que os defensores dos quatro anos possam analisar a folha de



Ulysses: articulações para evitar o confronto.

OS EMPRESÁRIOS, DIVIDIDOS.

Se a pretensão do Fórum Informal de Empresários (uma espécie de central sindical patronal), ao assumir, no início da semana, a defesa dos 5 anos de mandato com presidencialismo para Sarney era criar uma palavra de ordem de consenso no meio empresarial, o tiro saiu pela culatra. Ao contrário, a iniciativa serviu para abrir a temporada pública de debates sobre a questão, até então mantida no restrito espaço dos corredores das entidades empresariais paulistas.

As reações começaram já na quarta-feira a partir de todos os cantos. E ontem, novas e duras investidas contra o Fórum partiram de empresários como Lawrence Pih, superintendente do Moimho Santista; Luís Carlos Delbem Leite, presidente da Abimaq-Sindimaq (Associação e Sindicato da Indústria de Máquinas), Joseph Couri e Fábio Starace, ambos diretores do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo); e primeiro da Zona Sul é o segundo de Osasco.

Em resumo, esses empresários acham que, antes de assumir uma posição política (Starace diz, inclusive, que raramente isso deveria ocorrer), o Fórum deveria consultar as “bases” empresariais, para que houvesse efetiva representatividade do conjunto dos empresários, grandes e pequenos. Delbem Leite e Lawrence Pih, assim como os demais, não discordam de que o momento é de crise política e econômica.

O que eles não concordam é com o argumento do Fórum Informal, de que eleições diretas já, por exemplo, viessem a con-

turbar ainda mais a situação. “Conturbar não é o mesmo que tentar manter um governo que não tem condições de governar por mais dois anos”, frisou Pih. E Delbem observou que, ao contrário, um presidente eleito pelo voto popular teria o respaldo necessário para fazer as reformas doloridas que precisam ser feitas em caráter de urgência. “Até mesmo para que esse respaldo político permita conduzir com equilíbrio o processo político, para evitar até um caos maior”, salientou Delbem.

Ele, inclusive, se diz favorável aos 5 anos. “Mas não obrigatoriamente para o presidente que está agora”, ressaltou. Starace acha mesmo que a Constituição atual fale em 6 anos e que isso deveria ser respeitado. A questão, portanto, não vai apenas pela duração do mandato de Sarney e tipo de governo para o país. Vai mais longe nesse debate, onde Pih, por exemplo, defende as diretas já. Passa pelo processo de discussão e avaliação dessa postura no meio empresarial, observado pelos próprios empresários.

Joseph Couri acha que o Fórum acertou na sua avaliação, mas mostrou que não existe coesão na sua proposta. Ele defende eleições gerais, logo após a promulgação da Constituição, alguma coisa próxima do presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman (que espera ver concluída, também, a legislação rdinária e complementar). Agora, para Lawrence Pih, o Fórum “por não ter uma estrutura formal” não apresentou uma proposta que tenha a

THALES

O encontro que o novo chefe da Assessoria Especial do presidente Sarney, Thales Ramalho, teria ontem com o deputado Ulysses Guimarães foi adiado, por iniciativa do presidente da Constituinte. Ulysses Guimarães, segundo justificou para Thales Ramalho, precisava ontem conversar com o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, que estivera na noite anterior no Palácio da Alvorada, com o presidente Sarney. Ulysses pretendia que a conversa com Thales Ramalho se realizasse ainda neste fim de semana. Como o assessor viaja hoje para São Paulo (para realizar exames de saúde), o encontro ficou adiado para a próxima semana, em dia ainda a ser marcado. Apesar dos exames, Thales Ramalho deverá fazer alguns contatos políticos em São Paulo.

abrangência para todo universo empresarial.

Fábio Starace acrescenta: “Minha opinião é que o Fórum não pode se manifestar sobre um assunto dessa gravidade sem fazer uma consulta às suas bases”. “Por exemplo, eu não fui consultado pelo sr. Mário Amato para que a entidade tomasse esse tipo de posição”, disse o diretor do Ciesp de Osasco. “Inclusive acho que essa é uma posição particular dos membros do Fórum, porque as entidades não foram consultadas”, ponderou.

Lawrence Pih ressaltou que todas as pesquisas de opinião pública junto a empresários falam de quatro anos. Que a atitude do Fórum foi “oportunista”, uma vez que as perspectivas indicam que vai vingar os cinco anos. “E certos empresários querem angariar as simpatias do poder”, falou. Para Pih a recessão é inevitável agora e quem vai pagar a conta com esse governo são os trabalhadores. Daí ele defender um governo eleito, capaz de fazer cortes de funcionários públicos (é contra cortes lineares nos salários) e redirecionar todos os investimentos governamentais para setores exclusivamente prioritários. O superintendente do Moimho Pacifico acha que o Fórum deveria pedir um plebiscito não apenas para saber qual a opção popular pela forma de governo, mas também qual a duração do mandato presidencial. Para ele, “evitar eleições já é deixar ao sucessor de Sarney um país ingovernável”.

Sergio Leopoldo Rodrigues

votação e verificar se há ou não um entendimento com o governo.

Se ficar claro que os notórios presidencialistas votaram contra a emenda Lucena, isso indicará ao grupo que é hora de aprovar a emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima, ou o texto do anteprojeto da Sistematização, que também recomenda a mudança do sistema de governo e, em consequência, cinco anos para Sarney. Caso o grupo de parlamentaristas que segue Covas constata a existência de entendimento com o governo, descarregaria votos na emenda Lucena, 24 horas depois, para assegurar a aprovação dos quatro anos.

“Golpe”

A tese de Ulysses foi classificada como um “golpe” pelo deputado presidencialista José Lourenço (PFL-BA). “Eles querem o parlamentarismo já”, reagiu ele, contando com o apoio de Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e José Genoíno (PT-SP), que assumiram o compromisso de derrotar o acordo de Ulysses e lutar pelo presidencialismo. Quanto à duração do mandato, dizem eles que é uma divergência que deve ser deixada para depois.

Entre os parlamentares, a tese também não teve aceitação. “Eu não aceito o voto contra”, disse ontem o senador José Richa (PMDB-PR). “Posso estar rodeado de defensores dos cinco anos que não mudarei meu voto: parlamentarismo e eleições em 1988”, concordou o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG).

“Vai dar parlamentarismo com cinco anos”, arriscava ontem o deputado José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão. “Este é o estado de espírito do plenário”, justificava. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) concorda, mas diz que sente que a vitória será dos quatro anos.

A verdade é que ninguém tem certeza de nada, na avaliação do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, que concorda com deputado Fernando Lyra sobre os parlamentaristas de fachada, mas prefere classificá-los como articuladores da “operação véu de noiva”. “São aqueles que se comprometeram a votar pelos cinco anos e resolveram se esconder por trás do parlamentarismo”, identifica ele. “Dizem eles que, com a mudança do sistema de governo, é irrelevante a duração do mandato. É o véu de noiva por trás do qual procuram se esconder.”

Não será fácil administrar as tendências. As próprias lideranças perderam o controle de suas bases e até os números que o presidente recebe todos os dias como favoráveis ao presidencialismo e cinco anos não merecem confiança, segundo assessores do Planalto. Caso o parlamentarismo seja aprovado, o assessor especial Thales Ramalho vai insistir na realização de um plebiscito.

Cada grupo faz suas próprias listas e anuncia um resultado pela manhã e confirma outro à tarde. Numa delas, o presidencialismo conquistou 293 assinaturas; em outra, o parlamentarismo obteve 300 votos, mas, numa recheagem, o deputado Egidio Ferreira Lima constatou serem 295. José Richa desmente: diz que há mais oito apoios não computados.

Nada está garantido. Enquanto alguns garantem que Humberto Lucena, o principal autor da emenda presidencialista, aderiu ao parlamentarismo, outros desmentem. Da mesma forma que desmentem que outros defensores da emenda Lucena teriam entrado presidencialistas no gabinete de Ulysses e saído parlamentaristas. E, quanto ao próprio Ulysses, também ninguém garante se ele finge coordenador do parlamentarismo ou se realmente continua presidencialista.

“O Brasil é o país da matroca e do improviso”, deduz o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). “Isso virou uma caixa de supresas. Não ouso fazer qualquer previsão sobre o futuro político. Aliás, ninguém deveria fazer”, recomenda ele. Ulysses prefere ficar no caminho da conciliação, convencido de que a tendência do Congresso sempre foi a de encontrar uma solução para os problemas políticos. “Há divergências, posições antagônicas, mas os parlamentares saberão transigir e encontrar uma solução”, diz.

E MAIS:

tuíte decida o sistema de governo e o tamanho do mandato do presidente Sarney.

O ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, disse que será casuístico se o plenário da Constituinte decidir pelo parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Parlamentarista, mas defensor do mandato de quatro anos para Sarney, o ex-governador afirmou que se vencer a

tese dos cinco anos as divergências dentro do PMDB deverão aprofundar-se, já que os chamados “históricos” não aceitam tal possibilidade. “O clima político esquentou”, diz Montoro, comentando que se forem aprovados os cinco anos para o presidente Sarney cairá uma das principais bandeiras do PMDB.

O governador de Goiás, Henrique Santillo, disse ontem que será difícil chegar a um acordo em torno do parlamentarismo já com cinco anos de mandato para Sarney porque, no seu entender, ninguém assumiria a autoria dessa tese. Depois de conversar com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ontem à tarde, Santillo afirmou que a questão do sistema de governo deverá ser decidida no voto, e se acontecer o “buraco negro”, passa a ser indispensável uma negociação.